



INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC

LINHAVIVA

Nº 1340 - 08 de dezembro de 2016

·IMPRESSO·

AFRONTA

contra os trabalhadores



O Plano de Reestruturação do Sistema Eletrobras apresentado pelo presidente Wilson Pinto, é a mais pura tradução do autoritarismo velado que tomou conta do país nos últimos tempos. Tudo é feito de forma imposta, formulado as portas fechadas dos gabinetes, através de estudos feitos por consultorias com custos milionários, como a Roland Berger.

Nesse contexto os trabalhadores e as entidades sindicais simplesmente são ignorados, mesmo constando em cláusula do acordo coletivo em vigor a obrigatoriedade da participação dos sindicatos em toda discussão sobre reestruturação da Holding.

As entidades sindicais têm alertado com frequência de que a gestão de uma empresa como a Eletrobras, uma das maiores do mundo, não se restringe a aplicar o mesmo tratamento dados as empresas privadas do setor de energia, que não tem compromisso com questões sociais e econômicas, em regiões de difícil acesso no Norte e Nordeste, e buscam somente o lucro para os seus acionistas espalhados pelo mundo.

O Sistema Eletrobras e seus trabalhadores tem um compromisso maior, de resguardar nossa soberania energética e promover o crescimento econômico e social do país. Os levantamentos feitos e as informações mos-

tram um horizonte de demissões, estudos apontam para 50% do quadro de pessoal. E a questão das distribuidoras de energia? Serão vendidas a preço vil, como foram outras empresas estratégicas no período de FHC? Os trabalhadores são contra e vão lutar para que este crime de lesa pátria não seja concluído.

Os trabalhadores devem ter seus direitos respeitados. Não são contrários a superação dos problemas enfrentados pela Holding, mas desde que haja transparência e diálogo, pois se hoje o cenário é adverso à culpa não é daqueles que sempre deram o seu melhor para fortalecer o Sistema Eletrobras.



DIRETORIA DE DISTRIBUIÇÃO FRUSTRA DISCUSSÃO SOBRE O HORÁRIO DE VERÃO DE LINHA VIVA

Mesmo após explicar o óbvio, Diretor não aceita que trabalhos em Linha Viva à distância respeitem as 6 horas

Ocorreu no dia 01/12 a terceira reunião entre a Intercel e o Diretor de Distribuição, James Giacomazzi, para tratar do Horário de Verão das equipes de Linha Viva da Celesc. Recentemente foi divulgado em matéria do LV que, tanto as alterações no texto do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), como também as reuniões ocorridas até o momento apontavam para o fim dos problemas na aplicação do Horário de Verão. Entretanto não foi o que ocorreu.

Mais uma vez a empresa mostra que a intenção é o desmonte das equipes. Frequentemente a Intercel enfrenta dificuldades com a Diretoria de Distribuição que, embora seja uma diretoria extremamente importante e estratégica para a renovação da concessão, mostra-se intransigente em diversas oportunidades.

Explicar o óbvio virou a tarefa da terceira reunião sobre o Horário de Verão. A aplicação literal do texto do acordo não é suficiente, como

afirmamos na edição passada: é necessário discutir e regulamentar algumas questões específicas no caso das SPSSL's. Conseguimos progredir em vários pontos, até que o diretor travou sua posição exigindo que os trabalhos em linha viva a distância não sejam limitados a 6 horas diárias.

Está no acordo, tem toda a argumentação lógica devido as características da atividade, é considerado uma atividade de linha viva, entretanto o diretor não aceita. Essa posição inviabilizou o fechamento da ata e o desfecho da "novela mexicana".

A Intercel solicitou que a empresa orientasse as regionais sobre os procedimentos a serem adotados para as equipes, fato que não ocorreu até o fechamento dessa matéria. Desta maneira a Intercel orienta aos empregados envolvidos procurarem seus sindicatos caso surjam problemas na aplicação do Horário de Verão Linha Viva, para que sejam tomadas as medidas cabíveis.



CELESC

UM MANDATO COLETIVO

Pesquisa de avaliação da atuação do Representante dos empregados no Conselho de Administração da Celesc busca a construção de um mandato coletivo

Construir uma representação coletiva de qualidade. Este é o objetivo da Intercel e do Representante dos Empregados no Conselho de Administração da Celesc, Leandro Nunes da Silva. Em um momento de renovação é preciso avaliar a atuação de nossa mais importante representação, apontando os rumos da defesa da Celesc Pública dentro do conselho de administração da Celesc. No início de dezembro os trabalhadores receberam através do correio eletrônico da empresa o link para o preenchimento da pesquisa. Pedimos que os celesquianos respondam com responsabilidade. A continuidade de um bom mandato coletivo, democrático, depende do olhar da categoria sobre aquilo que pode ser feito diferente, ou sobre aquilo que está dando certo e que não deve mudar.

PRIVATIZAÇÃO

GOVERNO QUER INCENTIVOS PARA PRIVATIZAÇÕES

Governo Temer estuda mais um golpe para facilitar a entrega das empresas pública

Após barrar a possibilidade de melhores condições para distribuidoras públicas atingirem as metas da concessão, o governo federal estuda aumentar as tarifas de energia de empresas que vierem a ser privatizadas. A ideia é torná-las "mais atrativas" para a privatização. Novamente o governo golpista encaminha a alienação do patrimônio público, dando mostras que esta administração está voltada para o fim das empresas públicas e para atacar os direitos dos trabalhadores.

TRIBUNA LIVRE

Um fracasso anunciado

por José Álvaro de Lima Cardoso

A ideia de que, com o novo governo nascido de um golpe de Estado, a economia iria retomar o crescimento, mostra-se a cada dia mais insustentável. Não só não há retomada do crescimento, como observa-se a aguda aceleração da crise. Segundo o (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE), até setembro o PIB tinha recuado 4,4% nos últimos quatro semestres, completando sete trimestres seguidos de retração contínua da economia. É uma das mais longas recessões da história do país. Este desempenho da economia brasileira está descolado, inclusive, da situação nas economias do restante do mundo. Numa lista de 40 países, além do Brasil, apenas Noruega e Nigéria apresentaram retração do crescimento no terceiro trimestre (julho a setembro), na comparação com o trimestre imediatamente anterior. Nos dois casos, a queda decorre diretamente da dependência do petróleo, cujo preço despencou nos últimos dois anos, como se sabe.

Apesar da profundidade da recessão, o Comitê de Política Monetária (COPOM), em sua última reunião decidiu por uma redução cosmética de 0,25 pontos percentuais (pp) na taxa de juros, levando a taxa selic para 13,75% ao ano, de longe a mais elevada do mundo. Se levarmos em conta a projeção de inflação do Banco Central do Brasil (BCB), de 4,4% para este ano, o nível atual da taxa Selic representa um juro real de inacreditáveis 8,9% a.a, apesar de atravessarmos uma recessão por sete trimestres consecutivos. Não há sustentação técnica plausível para esta opção do Banco Central, a taxa é mantida nesse patamar principalmente por escolha política. O Brasil é campeão mundial de juros, com 8,9% reais ao ano, e a segunda maior taxa básica de juros, a da Rússia, está em 2,8% reais. Quais argumentos técnicos podem justificar uma aberração desta? Não existem. O que há é um sistema da dívida, que é econômico, político e social, construído para drenar recursos da sociedade em direção aos cofres dos rentistas.

O curioso é que, segundo as próprias projeções dos modelos econômicos do BCB, a inflação prevista para 2017 e 2018 já está abaixo do centro da meta de 4,5% definida pelo Conselho Monetário Nacional. Se a inflação está abaixo da meta, tendendo a cair ainda mais, até os economistas neoliberais mais empedernidos indicam rapidamente a redução da taxa de juros, evitando um estrago ainda maior no nível de atividade econômica, acima do que já foi feito. Há fortes indícios de que o retardamento da redução da taxa de juros é intencional, por parte da diretoria do Banco Central, para aprofundar a recessão, criando uma situação insustentável para facilitar a aprovação da PEC 55, a PEC da Morte, no Congresso Nacional, prevista para o dia 13 de dezembro.

Com a atual profundidade da crise teriam que ser encaminhadas, de forma célere e sem delongas, uma série de ações, que poderiam ser adotadas, caso houvesse interesse real de melhorar a situação fiscal e retomar o crescimento. Por exemplo, poderia se combater duramente a sonegação fiscal que subtrai, a cada ano, R\$ 500 bi-

lhões das contas públicas nacionais. O país também precisa realizar uma reforma tributária de caráter progressivo, onerando os que mais podem pagar, e desonerando a maioria dos pobres, que são quem pagam a maioria dos impostos no Brasil. Fundamental também acabar com a maioria dos benefícios fiscais: as desonerações de tributos concedidas pelo governo da presidente Dilma desde 2011 chegarão a algo em torno de R\$ 458 bilhões em 2018. Passou também da hora de tributar de forma progressiva as grandes fortunas no Brasil.

O país precisa, além disso, retomar o crescimento com urgência. Para isso, é imprescindível a retomada do investimento e do consumo do governo, porém a PEC 55 significa exatamente o contrário: congelamento em termos reais dos gastos do governo.

"O "projeto de nação" dessa turma é destinar ao Brasil a condição eterna de exportador de commodities e insumos baratos, auxiliando os países ricos a superar da crise. Por isso estão desmontando rapidamente a Petrobrás e querem entregar o mais rápido possível a maior província de petróleo descoberta no mundo neste milênio, o pré-sal"

Não haverá retomada do crescimento, também, sem consumo das famílias. Porém este está alquebrado, em função do aumento do desemprego e da queda da renda. Sintoma disso é que a extrema pobreza, famílias com renda de até um quarto do salário-mínimo per capita, voltou a crescer já em 2015, como constata a Síntese dos Indicadores Sociais, divulgada no dia 02 de dezembro pelo IBGE. Segundo o IBGE, foi o primeiro aumento da extrema pobreza desde 2009, quando a economia brasileira não cresceu em função dos impactos da crise mundial. Por outro lado, as perspectivas de um impulso via exportações são limitadas em função da crise mundial. O saldo comercial existente (US\$43,28 bilhões entre janeiro e novembro), é muito calçado na redução das importações, em função da recessão, ao invés de decorrência da expansão das exportações.

Mas tais medidas não serão encaminhadas por esse governo. Como bem observa aquela frase famosa, "de onde menos se espera, dali é que não sai nada mesmo" (atribuída ao Barão de Itararé). As propostas do governo golpista, um conjunto que compõe uma espécie de neoliberalismo anacrônico, caminham justamente na direção oposta. Planejam uma inserção subordinada do Brasil nas cadeias internacionais de valor, calcada na redução dos custos trabalhistas e sociais. O "projeto de nação" dessa turma é destinar ao Brasil a condição eterna de exportador de commodities e insumos baratos, auxiliando os países ricos a superar da crise. Por isso estão desmontando rapidamente a Petrobrás e querem entregar o mais rápido possível a maior província de petróleo descoberta no mundo neste milênio, o pré-sal.

A partir desta perspectiva subserviente e colonial, é central liquidar o mercado consumidor interno (até para gerar excedente exportável), transferindo a dinâmica econômica para as exportações de commodities. Por trás de todas essas maluquices está a empulhação do "Estado mínimo". Intencionam retirar o Estado "do que for possível", entregando inclusive saúde e educação nas mãos do setor privado. Congelar gastos públicos com pobres, com trabalhadores, com o povo, para pagar juros da dívida. Vão fracassar, mas até lá o preço pago pela nação será excessivamente elevado.

José Álvaro de Lima Cardoso é Economista e coordenador estadual do Dieese em Santa Catarina

SINERGIA

ULTIMA CHANCE PARA A LITERATURA

Inscrições para o 9º Concurso de contos e poesia do Sinergia encerram amanhã

Termina nesta sexta-feira, dia 09, o prazo para inscrições de contos e poesias do 9º Concurso Literário do Sinergia. Os participantes podem enviar até três textos inéditos em cada gênero. Os contos devem ter até seis páginas e as poesias, três. Os temas são livres e a premiação aos autores selecionados é a publicação dos trabalhos em um livro.

CONTO e POESIA

9º Concurso Literário

Inscrições até 9 de dezembro de 2016

sinergia

Rua Lacerda Coutinho, 149 | Centro | Florianópolis | 88015-030 | 48 3879 3011 | www.sinergia.org.br

Intersul DECLATRA AP

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de SC

Jornalista responsável: Paulo G. Horn (SRTE/SC 3489)

Conselho Editorial: Lucio Silva

Rua Max Collin, 2369, Joinville, SC | CEP 89216-000 | (047) 3028-2161 E-mail: sindsc@terra.com.br

As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

Ferreira Gullar (1930-2016)

TRA

DU

Um dos grandes nomes da poesia brasileira, Ferreira Gullar faleceu no último domingo, dia 04. Sua obra foi marcada por questões políticas e sociais

ZIR-

SE



***"Uma parte de mim
é permanente;
outra parte
se sabe de repente"***